

Atuação dos agentes de informação na fronteira sul-rio-grandense nos séculos XVIII e XIX

Santa Giovana Mendes Giordani

Universidade de Passo Fundo
Passo Fundo - Rio Grande do Sul - Brasil
santa_mendes@yahoo.com.br

Resumo: Trataremos da região de fronteira do território que abrangia as duas coroas ibéricas, entre os séculos XVIII e XIX. Região essa que foi plenamente permeável durante anos, a qual permitiu variadas formas de interação e convivência de pessoas de ambos os lados. Dessa maneira, buscamos conectar aspectos diferenciados, aliando as características de região e fronteira, a própria história da fronteira sul-rio-grandense. Abarcando aspectos importantes para a compreensão da autonomia dos Rio-grandenses nesta região de fronteira, assim como a manutenção da Guerra dos Farrapos, que teve início em 1835 e se estendeu até 1845, sendo esse evento o principal conflito armado da Província de Rio Grande de São Pedro, criada em 28 de fevereiro de 1821. Contudo, o principal foco deste trabalho são os agentes de informação na região entre os séculos XVIII e XIX, denominados de espias, bombeiros e vaqueanos.

Palavras-Chave: Fronteira. Agentes de Informação. Guerra dos Farrapos.

Introdução

A região de fronteira permitiu trocas comerciais e culturais, bem como a atuação de contrabandistas nessa mesma fronteira. Nesse contexto, temos também os agentes de espionagem nessa região, dos quais abordaremos suas funções e seu trabalho especializado. Trataremos das suas atuações entre os séculos XVIII e XIX, durante os conflitos bélicos ocorridos nesta área, especificamente na Guerra dos Farrapos. Esses agentes de informação são pouco citados, como os dos “corpos auxiliares chamados de guerrilhas, vaqueanos e bombeiros” (CIDADE, 1948, p. 147); no entanto, são de extrema importância e nosso principal foco.

Os trabalhos que abordam especificamente a atuação dos bombeiros na Guerra dos Farrapos são poucos. Encontramos apenas o artigo de Daniela Vallandro de Carvalho (2011), intitulado: “Da fuga dos exércitos à fuga para os exércitos: meandros das estratégias cativas em tempos de guerra no sul do Império (guerra civil farroupilha, século XIX)”, no livro organizado por Miquéias Mugge e Adriano Comissoli, *Homens e Armas, recrutamento militar no Brasil, século XIX*, no qual a autora trata de casos específicos de escravos usados como bombeiros.

Contudo, explanando sobre a atuação dos diferentes agentes de informação, temos Adriano Comissoli (2018, p. 114), que trata da comunicação política dentro do império português, buscando direcionar a pesquisa:

[...] aos governadores, oficiais militares e informantes da capitania do Rio Grande de São Pedro no extremo sul da América. A ênfase é estudar espíões portugueses que atuaram na bacia do rio da Prata entre o final do século XVIII e o início do XIX. Tais agentes destinavam-se a coletar e repassar informações, configurando uma rede de comunicação permanente responsável pela produção de inteligência, elemento que veremos ser comum à sua contraparte espanhola, o que nos permite considerar como um fenômeno dos impérios ibéricos.

Não temos apenas as menções feitas aos agentes de informação – que nos é de suma importância para este artigo –, mas também a crise do Antigo Regime português no Rio Grande de São Pedro, e utilizaremos como base o trabalho de Márcia Miranda no ponto em que trata sobre “A estalagem e o Império: Crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)”. Marcia Miranda (2006, p. v) aborda os aspectos que são pertinentes a este trabalho ao tratar na perspectiva de que a:

província onde a interação entre guerra e fiscalidade envolveu mudanças nos padrões de relacionamento entre os estancieiros e o Estado, evidenciando a constituição de alianças e conflitos, continuidades e rupturas. Busca-se demonstrar que a transferência da Corte para o Brasil permitiu a ampliação dos laços entre a elite da capitania em torno da extração de recursos e da expansão do território, movimento que sofreu inflexão com a Guerra Cisplatina (1825-1828), quando na interação entre guerra e fiscalidade passa a predominar o aspecto conflitivo.

No que tange a atuação dos agentes de informação na região de beligerância das coroas ibéricas, temos então os autores já citados acima. Para tratar dessa fronteira conflituosa que foi a região sul-rio-grandense – que devido ao seu espectro diferenciado chama tanto a atenção para as relações nela ocorridas –, abordaremos suas especificidades de acordo com Tau Golin, Durval Muniz, Heichel e Bandieri.

Território Fronteiriço

Tratamos da região de fronteira rio-grandense nos séculos XVIII e XIX, enquanto capitania e posteriormente como província. Dentro dessa perspectiva temporal, sem marcos específicos, trataremos de aspectos que são contemplados nessa fronteira de grande mobilidade, tanto de pessoas e animais, quanto de mercadorias e

informações. Essa região de fronteira é permeada por conflitos bélicos, tratados, busca por ampliação territorial, entre outros fatores.

Nesse processo de disputas, chocam-se os interesses expansionistas das coroas portuguesa e espanhola. Devemos ainda lembrar que na

história da fronteira rio-grandense, a fixação da linha divisória, sua afirmação ou suas oscilações, em épocas diferentes, apesar das operações concretamente regionais, dependeram de decisões acordadas politicamente nos centros de poder, a exemplo do Rio de Janeiro, Lisboa, Madri, Londres, Buenos Aires e Montevidéu. (GOLIN, 2002, p. 13).

Os limites nacionais começaram a ser fixados em meados da década de 1850, a partir da consolidação dos Estados-Nacionais. Mas foi apenas entre 1909 e 1913 que os limites brasileiros foram definitivamente fixados, entre Brasil e Uruguai. Devemos isso à concepção estabelecida pela “geografia política” em que “o Estado moderno necessita do estabelecimento de limites bem definidos para sua área de soberania e concentração”. (GOLIN, 2002, p. 10).

No entanto, pretendemos pensar essa região além das fronteiras nacionais, sendo necessário pensar o Rio Grande de São Pedro como um todo, levando em conta o espectro de região, pois: “A região e sua reprodução passam, pois, pelo engajamento de forças sociais, de grupos sociais, de elites regionais, pela militância de indivíduos que subjetivam e participam do processo de subjetivação da identidade regional”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 60).

A fronteira sul rio-grandense é cheia de subjetividades, principalmente no período colonial, não podendo ser caracterizado apenas pelos seus limites territoriais. Temos, nesse período, diversos acordos, os quais tentavam demarcar as linhas divisórias entre os dois impérios ibéricos. No entanto, “Os limites eram relativamente flexíveis no período colonial, comparando-se com o conceito moderno de fronteira”. (GOLIN, 2002, p. 10). Com o Tratado de Madri em 1750, abdicou-se da delimitação pelas fronteiras naturais, optando-se pelas “fronteiras nucleadas”. (GOLIN, 2002, p. 28).

A partir do tratado criaram-se condições para o estabelecimento dessa fronteira. Contudo, “o elo rio-grandense-uruguaio estabeleceria uma inter-regionalidade, um espaço interfronteiriço compartilhado, um verdadeiro subsistema [...] define a fronteira sul-rio-grandense-uruguaia como de caráter internacional sem, no entanto, deixar de ser inter-regional”. (GOLIN, 2002, p. 53). Podemos dizer, então, que havia uma instabilidade desses limites, considerando que os moradores de ambos os lados da fronteira cruzavam frequentemente os limites oficiais. Ou seja,

portugueses e espanhóis ocupavam espaços contíguos e interagiam constantemente, fosse por meio de ações destrutivas como a guerra e o roubo de gado, fosse por meio de comércio ou de devolução de desertores e escravos fugitivos, como frequentemente os oficiais militares praticavam. (COMISSOLI, 2018, p. 118).

Após a assinatura do Tratado de Madri, a região sul do país tornou-se uma região de extrema importância para o governo central, já que “a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central”. (GOLIN, 2002, p. 11). Sendo assim “o controle dos recursos para a guerra e os meios para extraí-los definiram as especificidades da relação entre o Estado e a sociedade militarizada que aí se constituiu” (MIRANDA, 2006, p. 15), bem como o apoio de estancieiros, charqueadores e comerciantes rio-grandenses, para o estabelecimento e fortalecimento da fronteira do Rio Grande de São Pedro, nas lutas pelo território. Marcia Miranda (2006, p. 35) explana sobre o papel da guerra na defesa da fronteira:

A guerra teve papel importante nesse processo, quando a fixação da população, a criação de instâncias administrativas e o fortalecimento dos laços entre a metrópole e os estancieiros transformaram a região numa estalagem na fronteira, capaz de fornecer à metrópole os meios e os agentes necessários para viabilizar a guarda e a expansão desse território. Nesse processo de construção da estalagem, consolidou-se a presença lusa na região, conformando uma sociedade militarizada que mantinha com a metrópole uma relação alicerçada em interesses comuns.

Todo esse empenho do poder central manteve os domínios portugueses na fronteira, e a busca pela manutenção territorial se fez necessária para o domínio luso na região, visto que “Somos seres territoriais desde as mais recuadas formas de organização social humana. O espaço, a habitação de um lugar, a prática de um lugar, a defesa de um espaço, a implantação espacial vem sendo uma característica da espécie humana” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 62), fazendo com que todos os recursos necessários fossem utilizados para manutenção desse espaço fronteiriço.

Contudo, as disputas das coroas ibéricas não cessaram, e seguiram as rivalidades da seguinte maneira:

A concorrência tomou forma na invasão espanhola à vila de Rio Grande em 1763 e no estado de guerra que se seguiu pelos treze anos seguintes, quando em 1776 foi retomada pelas forças lusas. No ano seguinte os espanhóis efetuaram uma nova invasão, desta vez na ilha de Santa Catarina e na Colônia de Sacramento. O avanço se deteve com a assinatura do tratado de Santo Ildefonso (1777). Por quase um quarto de século os conflitos recuaram, mas nova guerra eclodiu em 1801, culminando na anexação dos sete povos missioneiros a oriente do rio Uruguai. A paz novamente se fez relativa, visto que ambos os lados faziam pouco caso dos limites arbitrados e adentravam os terrenos pertencentes a seu vizinho. Nova onda de enfrentamentos se iniciou com o processo de emancipação do vice-reino do rio da Prata a partir de 1810 (COMISSOLI, 2018, p. 119-120).

Podemos definir a região sul a partir do aspecto militarizado, pelo processo de ampliação territorial através do *uti possidetis*, tanto quanto pela distribuição das sesmarias e ampliação da propriedade. Segundo Heichel e Bandieri (2011, p. 21), entre o litoral e a área missioneira,

existia um amplo território denominado de “Terra de ninguém”, visto como um espaço vazio de população, passível de ser igualmente conquistado e ocupado. A legitimidade da posse gradual desse território se justificava pelo *uti possidetis*, pensamento que, ao defender o domínio a partir da ocupação efetiva das terras, orientou a expansão portuguesa.

A província tinha assento na pecuária e na agricultura, conquanto a quantia de terras distribuídas, segundo Moacyr Flores (2004), foi “viciosa”, principalmente no governo do tenente-general Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara (1780-1801). Segundo Maria Medianeira Padoin (2001, p. 79), a sesmaria foi a origem da estância e da propriedade privada de grande extensão. Eram concedidas a partir de

doação oficial e governamental através da Carta Régia, a título gratuito, por merecimento, até a Lei de 1822, para, por exemplo, militares, sacerdotes e tropeiros. [...] era a forma de garantir a ampliação do Império português através da posse e povoamento das terras do Sul, estendendo-se à Bacia do Prata.

A partir de 1822, cessaram-se as doações de sesmarias, no entanto as concessões de terras continuaram a ser realizadas pelos comandantes militares, prática essa recorrente às forças militares no Estado¹. Ou seja, mesmo após o fim das doações, as distribuições de terras continuaram a ser feitas, estando diretamente ligadas a estancieiros militares que dominavam a região. A prática de doações de terras, bem como o poder dos comandantes só diminuiu com a “Lei de Terras (1850) e a atuação mais efetiva, a partir de 1860, dos juízes comissários, cargo criado por aquela legislação”. (FARINATTI, 2007, p. 182).

Acostumados com a maior autonomia da região perante a metrópole, esses estancieiros e militares formaram a elite econômica do Rio Grande de São Pedro e por meio de seus clientes e escravos constituíram pequenos contingentes paramilitares que funcionaram como pequenos exércitos particulares e atuaram no contrabando, no roubo do gado e no saque do inimigo, quase sempre intocáveis e respaldados por suas relações com o “poder” (COMISSOLI, 2011). Tais estancieiros, comandantes militares tiveram liberdade de fazer o recrutamento, cujo sucesso dependia de sua posição militar e força

¹ Nas primeiras décadas do século XIX, era comum a prática de conceder terras e presas de guerras como incentivo para que homens ingressassem nas forças militares.

de mando. Não apenas isso: também mantinham uma rede de espionagem, tanto no período colonial quanto no imperial.

De tal forma, é a partir desse contexto que se formou na sociedade rio-grandense o que Maria Medianeira Padoim (2001, p. 79-80) denominou de “estancieiro militarizado” que, de acordo com ela, era

o caudilho rio-grandense: ou porque possuía cargo militar oficial ou pela contingência do contexto histórico espacial, onde este homem e sua força ou bando armado foram instrumentos importantes e eficazes nas lutas de fronteira para as conquistas territoriais da coroa Portuguesa e depois do Império do Brasil.

Ainda de acordo com a autora, essa situação “propiciou que esses homens tivessem consciência de seu papel no cenário político brasileiro e garantiu-lhes a autoridade, o poder de mando e certa independência na administração e luta por seus interesses particulares” (PADOIM, 2001, p. 80).

A região sul foi marcada por uma política de interesses, tanto pelo poder central quanto pelos estancieiros militarizados:

Particularmente na segunda metade do século XVIII e durante todo o século XIX, a relação entre fronteira/região e Estado colonial e Brasil-nação se deu pela combinação dessas duas esferas, ora com política e interesses complementares, ora com a região atraindo o poder central, apenas encontrando uma síntese na esfera geopolítica, ou seja, quando, acima do pragmatismo central e da ambição local, a figura da nação, especialmente no período imperial, se impunha. Essa presença poderia ter aspectos normativos para a regulação da vida social fronteiriça, bem como para a ofensiva alémdivisórias, ou para a proteção do território. (GOLIN, 2002, p. 20).

Podemos perceber que a doação de sesmarias proporcionou a caracterização econômica da sociedade rio-grandense, assentados na pecuária e na agricultura. As estâncias e os demais estabelecimentos rurais estavam ligados à estrutura econômica da província de tal maneira, que qualquer mudança nessa estrutura poderia acarretar problemas futuros.

Dentre as várias interpretações para as motivações do início do conflito com a tomada de Porto Alegre, temos a que advém de Luís Augusto Farinatti (2007, p. 186-187), interpretando “que o estopim para a deflagração da revolta, em 1835, contra o Presidente da Província, foram as destituições sofridas por Bento Gonçalves do Comando da Fronteira de Jaguarão (no extremo sul), e por Bento Manoel Ribeiro do Comando da Fronteira de Alegrete (no oeste)”, em 1834, por Sebastião Barreto, o então Comandante das Armas. Farinatti (2007, p. 73) ainda considera que as destituições sofridas sejam devido às suas relações dos comandantes:

Bento Manuel Ribeiro, Comandante da Fronteira de Alegrete, como de hábito, oscilava entre os dois pólos, tendendo mais para Rivera. Essa independência de atitude dos comandantes regionais contribuía para que eles se tornassem perigosos para a estabilidade dos interesses imperiais. O presidente da província, Antônio Fernandes Braga, havia sido aliado de Bento Gonçalves, mas eles acabaram por se afastar em razão das ações de Bento em apoio a Lavalleja, das suspeitas de sedição que lhe recaíam e da tendência cada vez mais conservadora que o governo de Braga ia tomando. Em 1834, Sebastião Barreto, que era o Comandante das Armas nomeado por Braga, retirou os dois Bentos dos seus respectivos comandos de Fronteira.

Isso implica não apenas as questões econômicas e políticas no seio do conflito, mas também questões que impõem reconhecimento social de tais agentes. A motivação para um conflito armado poderia, então, ter nascido do sentimento de afronta à honra desses comandantes militares, que eram tão bem quistos na sociedade, além de os mesmos terem sido destituídos de cargos importantes, dos quais mantinham sua influência como comandantes rio-grandenses. Dessa forma, não apenas a região sul era uma preocupação para o governo central, como também a autonomia dos comandantes militares na região e suas relações com líderes platinos, fazendo com que fossem vistos como um perigo para a estabilidade do império.

Para compreender melhor a região sulina, podemos nos embasar na seguinte reflexão:

A coesão regionalista, com sua fortíssima identidade, formou-se, secularmente, de forma singular no espaço meridional e com ligações negociadas com o poder central. Durante o Império, as oscilações dessa relação deram à sociedade da fronteira um lugar de profunda dimensão estratégica. As contradições eventuais com o poder central não deixaram de evidenciar uma realidade: o Império e a oligarquia sul-rio-grandense somente poderiam obter algum sucesso no Prata, e particularmente na Banda Oriental, se operassem, em momentos de crise, em confluências que criassem espaços de unidade. A manutenção desse pacto, aplicável em diversas circunstâncias históricas, significou o único caminho capaz de sustentar a ambos os interesses (GOLIN, 2002, p. 54).

Os rio-grandenses que estavam acostumados com os privilégios concedidos pelo poder central não viram com bons olhos várias medidas tomadas pelo governo metropolitano. No entanto, a relação entre governo central e os estancieiros militarizados era uma via de mão dupla,

a interação entre guerra e o poder extrativo do Estado criava condições para a manutenção da expansão do território ao mesmo tempo em que gerava oportunidades de novos negócios, de enriquecimento e de fortalecimento do poder privado através da formação e ampliação de estâncias e dos rebanhos resultantes do êxito na guerra (MIRANDA, 2006, p. 7-8).

“No Sul, a Coroa superou suas limitações fiscais e militares estabelecendo relações de cooperação com os estancieiros, o que a obrigava a conceder-lhes poder e tolerar sua

autonomia de ação” (MIRANDA, 2006, p. 67). Dessa maneira, as condições eram estabelecidas por ambos.

A autonomia dos rio-grandenses nasce da necessidade de o poder central manter o domínio sob o território fronteiriço. Isso só vai mudar com a Guerra dos Farrapos, em que os rio-grandenses se rebelaram contra o império. A movimentação dos rio-grandenses na fronteira não era bem vista, os quais, durante a guerra, atravessavam as fronteiras em busca de refúgio, montaria e víveres.

Agentes de Informação na Guerra dos Farrapos

No contexto que envolve o território fronteiriço, o poder central e os estancieiros militarizados, surge também um papel de extrema importância nas lutas pelo território: a dos agentes de informação, sendo eles: espias, bombeiros e vaqueanos.

O emprego de batedores por ambos os impérios sugere que tratamos aqui de uma cultura da guerra, um expediente militar em comum. Cabia aos vigias adiantados definir o melhor local para emboscadas, uma decisão que afetava o sucesso da missão. A guerra era também um jogo de informações: se um dos lados pudesse saber mais sobre o inimigo do que este sabia sobre si adquiriria vantagem tática (COMISSOLI, 2018, p. 124).

Podemos começar a definir esses agentes de informação entre os séculos XVIII e XIX como “espia” ou “bombeiro”, sendo mais comum o termo “espia”, que advinha dos comandos portugueses. Com o passar do tempo, tal termo passaria a ser inutilizado. Os comandos locais da Província de Rio Grande de São Pedro, mais especificadamente na Guerra dos Farrapos, utilizaram o termo “bombeiro” para definir seus espões, além de destinarem vaqueanos para missões específicas. De tal forma trataremos dos três termos citados “espia”, “bombeiro” e “vaqueano”, definindo-os.

Pesquisando o final do século XVIII e o início do século XIX, Adriano Comissoli (2013, p. 3), ao tratar da comunicação política dentro da monarquia portuguesa, mais especificadamente dos espões portugueses, distingue dois grupos envolvidos na “atividade de obtenção de informação”:

O primeiro consiste em utilizar patrulhas e “bombeiros” - batedores avançados – que circulando pela região da campanha entre a capitania do Rio Grande de São Pedro e a Banda Oriental, procuram identificar a movimentação de tropas espanholas e localizar criminosos fugitivos. O segundo método é o dos informantes [...] localizados em cidades hispânicas com a finalidade de manter as autoridades portuguesas devidamente atualizadas tanto de iniciativas militares quanto dos humores políticos, elemento essencial nos agitados anos das duas primeiras décadas do século XIX.

Podemos perceber que, quando se tratava dos sujeitos que atuavam nas cidades hispânicas, somente a palavra “espia” era utilizada, ou como na citação acima “informante”, que equivalia da mesma forma ao “espia”, sendo uma denominação mais local o termo “bombeiro”.

Dessa forma, um espião poderia corriqueiramente ser alguma pessoa que faz morada em um determinado vilarejo ou que é destinado ao serviço de espionagem, passando informações das quais se ouviu falar, sem ser necessário algum conhecimento tático, para efetivamente ser um espião. O “bombeiro”, por sua vez, deveria ter conhecimentos específicos do seu ofício, como saber camuflar-se para não ser visto, ter prática na arte da cavalaria, para que pudesse partir em retirada quando necessário. Necessitava, também, ter algum conhecimento do território, o que já o diferencia do “vaqueano”. Esse poderia efetivamente fazer o serviço de um “bombeiro”, com a vantagem de ser um “mapa humano”, sendo ele conhecedor de todo o território, como podemos observar: “deverá o Batalhão desembarcar, e marchar por terra para o destino marcado, e para este fim lhe dará V. Exa. trez homens ao menos, vaqueanos do terreno para o guiar até aquelle ponto” (CV-7913). Dessa forma, a afirmativa vai ao encontro da ideia de que o “vaqueano” poderia fazer o serviço de “bombeiro” e este o serviço de “espia”, sem que o contrário fosse feito devido à especialização de cada função e o conhecimento agregado a cada um dos agentes especializados de Informação.

Já sabemos que tais definições eram utilizadas muito antes dos eventos da Guerra dos Farrapos. Sendo assim, Marcia Miranda Eckert (2006, p. 202) que trabalha a província de São Pedro dentre os anos de 1808 a 1831, nos confirma tal uso:

O Comandante do Exército fazia largo uso das informações trazidas pelos bombeiros e das direções traçadas pelos vaqueanos, sem considerar que esses homens reportavam-se antes aos seus comandantes milicianos e atendiam em primeiro lugar às ordens desses. Era importante para os senhores-guerreiros manter as forças militares estacionadas junto ao vale do Rio Ibicuí, mesmo que em detrimento da defesa de Porto Alegre, Rio Grande e Santa Catarina.

Dessa forma, encontramos definições ainda mais elaboradas e detalhadas sobre os “bombeiros” e suas atividades, além de concomitantemente já definir a função e as atividades ministradas pelos “vaqueanos”, também muito utilizados pelos chefes militares na obtenção de informação e reconhecimento de território:

Os bombeiros eram patrulheiros de descoberta. Destinavam-se a seguir os movimentos do inimigo, a descobrir-lhe as atitudes, etc. Verdadeiros rastreadores, pelo exame das marcas deixadas no terreno pelas patas dos cavalos e de outros indícios, traziam o comando informado. Sobre o que o inimigo estava fazendo ou pretendia fazer. A atividade dos bombeiros deu lugar à criação do verbo bombear, na acepção de vigiar, espreitar, etc.

Os vaqueanos eram elementos conhecedores do terreno, utilíssimos numa época em que se não conheciam ainda, ao sul do Brasil, as cartas topográficas. Recrutados entre as formações de guerrilhas e tropas milicianas, guiavam as tropas nos seus deslocamentos e eram consultados sempre que na preparação das operações os comandos precisavam conhecer as condições do terreno. (CIDADE, 1948, p. 147).

As definições dos agentes de informação são bem claras sobre suas funções e atividades a serem desenvolvidas. Entretanto, tais informações nos são úteis, para que possamos não apenas entender qual era função exercida pelos “espias, bombeiros e vaqueanos”, mas sim para que seja possível perceber como as denominações mudam de região para região, e como os termos se estabeleceram no sul.

Com isso, direcionamos a pesquisa para dicionários gaúchos, como o *Popularium-sul-rio-grandense*, de Apolinário Porto Alegre (1980, p. 34-35), que define bombeiro como “O que exerce ofício de espião”, definindo mais especificamente a função pelo termo bombear, que significa “espreitar cautelosamente e de longe o campo inimigo, para vir referir e narrar o que viu; em sentido genérico, espionar às ocultas para fazer uma exposição do que observou, ou para interesse próprio”. Na mesma definição do termo bombear, Apolinário Porto Alegre define a palavra como sendo originária do guarani, de tal forma que se constitui na troca do “m” (mombeú) para o “b”, que constituiria outra palavra: “bombeú”. E também cita que se formou a utilização do termo entre os povos do Rio da Prata e no Brasil só se localizou no Rio Grande do sul.

Temos, também, a definição do *Dicionário Gaúcho Brasileiro*, de João Batista Alves Bossle (2003, p. 88), que define Bombeiro “como um indivíduo responsável pela exploração do ‘campo inimigo’, um ‘espião, observador”. Capaz de “observar os atos de outras pessoas, olheiro”. Ainda temos o *Dicionário de vocabulos Brasileiros*, de Visconde de Beaurepaire-Rohan e o *Vocabulario Sul Rio-Grandense*, de Dr. J. Romaguera Corrêa. O segundo autor discorda da definição do primeiro sobre o termo bombeiro, de tal forma que Rohan (1889, p. 19) define bombeiro como sendo um “espião; explorador do campo inimigo; espreitador das acções de outrem para lhe conhecer os intentos. Não é mais do que a corruptela de pombeiro”, enquanto, discordando de tal afirmativa, Corrêa (1898, p. 36-37) define-o como:

espião; pessoa que vigia ou observa os actos de outrem; o que vae ao campo inimigo para informar-se de suas forças e intenções. O bombeiro, em tempo de guerra, além de se disfarçar por todos os modos, percorre os altos dos cerros e coxilhas com intento de descobrir qualquer força ou movimento do inimigo. É palavra usada nas Republicas Platinas, donde talvez a tenhamos tirado. Não creio que este vocabulo seja corruptela de – pombeiro, como o quer o Visconde de Beaurepaire-Rohan.

Pela ligeira leitura que fiz do vocabulário Rio-Platense, do DR. D. Granada, [...] mais se confirma minha opinião de que – bombeiro – não é corruptela de – pombeiro, como o julga V. de B.-Rohan.

Apesar da discordância entre os autores e da definição de Apolinário Porto Alegre, o fato é que não podemos afirmar com certeza como o termo surgiu e como começou a ser utilizado no Rio Grande do Sul. O que podemos afirmar plenamente é que o bombeiro nada mais é do que um espião ou informante, com função específica, com conhecimento tático, do qual ele é destinado a efetuá-la. Diferentemente de um soldado, que não tem treinamento para exercer a função, e que, dessa forma, não é apto a agir como sentinela avançado, assim como os vaqueanos destinados a descobrimento de território. Podemos evidenciar ainda que:

Muitos dos bombeiros parecem ter sido também vaqueanos, isto é, homens que conheciam muito bem a região e seus caminhos, o que certamente faz sentido. Esta categoria incide sobre o conhecimento e manipulação do espaço, apreendidos por meio da experiência cotidiana. Percebemos a participação dos grupos menos favorecidos da sociedade: possivelmente estes vaqueanos oscilassem entre cuidar de suas pequenas propriedades, trabalhar em grandes estâncias, realizar contrabandos e outros crimes e servir às forças militares. Não raro seriam recrutados sob coerção. (COMISSOLI, 2018, p. 142).

Os serviços dos “bombeiros” e “vaqueanos” já eram utilizados há anos para as mais diversificadas atividades, sendo elas de obtenção de informações ou não. Marcia Miranda Eckert (2006, p. 124), em sua pesquisa, declara que “As ações das tropas de Artigas colocavam a capitania em alerta, mobilizando diferentes setores da sociedade”, dentre eles os “civis que com medo do avanço das forças orientais evacuaram as suas moradias, sendo a defesa da região entregue a corpos auxiliares formados por guerrilhas, vaqueanos e bombeiros”. De tal forma que, no período estudado por Marcia Miranda Eckert, os vaqueanos e bombeiros poderiam exercer funções um tanto diferentes das exercidas por eles na Guerra dos Farrapos. Contudo, já nas pesquisas desenvolvidas por Adriano Comissoli, podemos constatar que as atividades dos agentes eram voltadas para a busca de informações.

Dessa maneira, havia um processo de espionagem desenvolvido na capitania/província para manutenção e organização política. Esse processo foi desenvolvido tanto por agentes de informação com funções especializadas, quanto por cidadãos civis que estavam de passagem pela região sul. Alguns destes davam notícias do estado Oriental, na maioria das cartas davam notícias das movimentações das tropas de Frutuoso Rivera.

Todo processo de espionagem foi desenvolvido devido à possibilidade de conflito na fronteira e às desconfianças da Corte em relação aos comandantes farrapos e suas relações com líderes orientais. Quanto a isso, devemos lembrar que

boa parte das desconfianças da Corte em relação ao Coronel Bento Gonçalves da Silva, entre 1828 e 1835, vinha de sua atuação autônoma dando proteção às forças do líder oriental Manuel de Lavalleya concedendo-lhe exílio, emprestando-lhe homens e cavalos. O próprio apoio de líderes uruguaios foi essencial para a viabilidade da insurreição farroupilha, comandada por aquele mesmo Bento Gonçalves. No mesmo sentido, as ligações de Bento Manoel Ribeiro com o general uruguaio Frutuoso Rivera formavam parte do cabedal militar que permitiu a Bento Manoel trocar de lado três vezes ao longo da revolução (FARINATTI, 2007, p. 186).

Esses agentes de informação, além das demais funções que exerciam, facilitavam as previsões de ofensivas e defensivas, conforme o conteúdo das informações. Com isso, dava-se início ao circuito de comunicação na capitania/província durante todo o processo bélico na Fronteira. Coletar informação também caracterizava repassar tais informações aos comandantes militares. Sendo assim, traziam o comando informado, observavam para vir referir e narrar o que viram, expor o que se observou, atualizando os comandantes, tanto de iniciativas militares quanto dos rumores políticos.

Na Guerra dos Farrapos, ambos os lados demonstravam particular preocupação sobre manter-se informados, pois na guerra, se um dos lados pudesse saber mais sobre o inimigo, já estaria em vantagem tática. Ao longo dos anos, as duas forças divergentes deslocaram uma rede de agentes sobre os principais pontos da província, e de posse de tais informações os poderes locais definiam suas estratégias de ação.

Conclusão

Devemos perceber a permeabilidade dessa fronteira sul-rio-grandense-uruguaia, onde os protagonistas formaram um grupo heterogêneo, e suas atuações foram diversificadas – líderes governamentais das duas coroas, líderes farrapos na guerra e seus agentes de informação – sobre os quais podemos afirmar que havia fidelidade entre comandante e comandado, seguindo o sistema de hierarquia política da província de tal forma que a possibilidade de as informações serem verídicas é grande. Desse modo, as operações na capitania/província foram de extrema importância para o domínio territorial português.

As relações da sociedade rio-grandense e do poder central foram mantidas durante anos de guerra. Assim sendo, a Coroa cooperou com os estancieiros, fazendo com que eles cooperassem também. No entanto, isso obrigava a coroa a conceder-lhes

poder e autonomia, para que agissem da forma que achassem necessário. E nesse contexto, quem detivesse o poder de mando determinaria várias questões, tanto de cunho militar quanto político. E tudo se deu muito bem até a Guerra Cisplatina (1825-1828), em que o efeito da volumosa dívida passiva da província originada na guerra sobressaiu-se sobre as outras províncias, acarretando no descontentamento dos rio-grandenses.

E para compreensão de como se davam as diferentes formas de relações na província, tivemos que partir da ótica estrutural estabelecida na capitania/província, fundamentada nas relações familiares e nas relações de compadrio e mando sustentadas pela posse da terra, de gado e escravos e pelas atividades de cunho militar, que foi denominado de “estancieiro militarizado”. Na sociedade sul rio-grandense, ser um “oficial militar” significava muito, de tal forma que lhe conferia reconhecimento social, prestígio e poder. Todavia, isso se dava também a partir da capacidade do comandante.

Na Guerra dos Farrapos, os rio-grandenses movimentavam-se frequentemente pela fronteira, assim como faziam durante o período colonial e imperial, bem como na guerra, ao buscar refúgio, montaria e víveres. Todas as relações estabelecidas na região de fronteira tiveram dois objetivos: povoá-la e defendê-la. Dessa maneira, todos os envolvidos nas guerras de ampliação e manutenção territorial foram de extrema importância para que conseguissem alcançar tais objetivos estipulados pela coroa.

AGENTS OF INFORMATION OPERATION IN THE SUL-RIO-GRANDENSE FRONTIER IN THE XVIII E XIX CENTURIES

Abstract: We treat about the frontier region between the two Iberian crowns, in the XVIII and XIX centuries. Region that was plentiful permeable for years, what allowed various shapes of interaction and acquaintanceship between the both side groups. Therefore, we seek to connect distinguish aspects, assembling the characteristics of region and frontier, to the very history of the sul-riograndense frontier. Encompassing important aspects, for the comprehension of the Rio-grandense's autonomy in this frontier region. As well, the maintenance of the Guerra dos Farrapos, that begun in the 1835 and lasting to 1845, being this event, the principal armed conflict in the Provincial of Rio Grande de São Pedro, that was created in 28 February 1821. However, the principal focus of this paper is the information agents in the region between the XVIII and XIX centuries.

Keywords: Frontier. Agents of Information. Guerra dos Farrapos.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*. Dourados, v. 10, n. 17, 2008.

BOSSLE, João Batista Alves. *Dicionário gaúcho brasileiro*. Porto Alegre, RS: Arte e Ofícios, 2003.

CARVALHO, Daniela Vallandro. “Da fuga dos exércitos a fuga para os exércitos: meandros das estratégias cativas em tempos de guerra no sul do Império (guerra civil farroupilha, século XIX)”. In: MUGGE, Miquéias H.; COMISSOLI, Adriano. *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 113-143.

CIDADE, General F. de Paula. *Lutas, ao do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes (1680-1828): notas da história militar brasileira: reexame de questões políticas e militares*, 1948.

COMISSOLI, Adriano. Ajudado por homens que lhe obedecem de boa vontade: considerações sobre laços de confiança entre comandante e comandados nas forças militares luso-brasileiras no início do oitocentos. In: MUGGE, Miquéias H.; COMISSOLI, Adriano. *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011, pp. 13-38.

_____. Comunicação e poderes na fronteira platina: informantes luso-brasileiros nas cidades hispano-americanas no início do século XIX, *XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras*. Universidade Nacional de Cuyo, Mendoza. 2013.

_____. Bombeiros, espias e vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa (Rio Grande de São Pedro, sécs. XVIII-XIX). *Revista de Índias*, 2018, vol. LXXVIII, núm. 272, Págs. 113-146, ISSN: 0034-8341

CORRÊA, Dr. J. Romaguera. *Vocabulário Sul Rio-Grandense*. Pelotas-Porto Alegre: Echenique & Irmãos - Editores - Livraria Universal, 1898.

FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2007.

FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GOLIN, Tau. A Fronteira. Porto Alegre: L&PM, 2002, v. 1, Introdução: A fronteira como centralidade entre a região e a nação. pp. 9-94.

MIRANDA, Marcia Eckert. *A Estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. Tese de Doutorado. Campinas 2006.

PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: companhia Editora Nacional, 2001.

PORTO ALEGRE, Apolinário. *Popularium sul-rio-grandense* (estudo de filosofia e folclore). Porto Alegre, ED. da UFRGS; Instituto Estadual do Livro, 1980.

REICHEL, Heloisa; BANDIERI, Susana. Redescobrimo as fronteiras. A sobrevivência histórica das regiões no processo de construção estatal do Brasil e da Argentina. In: REGUERA, Andrea; HARRES, Marluza (Org.) *Da região à nação*. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 17-48.

ROHAN, Visconde de Beaurepaire. *Diccionario de vocabulos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

SOBRE A AUTORA

Santa Giovana Mendes Giordani é mestranda em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF).

Recebido em 30/04/2019

Aceito em 24/09/2019